



SIMULAPRO

— Treine. Evolua. Passe. —

SIMULADO

006



PREPARE-SE COMO QUEM
QUER FAZER PARTE.

MPES

AGENTE DE APOIO

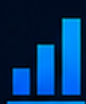
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO



QUESTÕES
NO ESTILO
DA BANCA



CONTEÚDO
ATUALIZADO



DESEMPENHO
DETALHADO



FOCO NA
SUA APROVAÇÃO



TREINE. EVOLUA. **PASSE.**



Resumo do cargo

Material preparado para treino direcionado, com questões objetivas e gabarito comentado.

Orientações gerais

- Leia cada questão com atenção antes de responder.
- Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
- Confira o gabarito apenas ao final.

Estrutura do simulado

Disciplina	Questões
Língua Portuguesa	15
Raciocínio Lógico matemático	5
Legislação e Código de Ética do MPES	10
Noções de Direito Constitucional e de Direito Administrativo	15
Noções de Administração e de Administração Pública	15



Língua Portuguesa

Questão 1

De acordo com o posicionamento do autor no texto, a fragilidade dos mecanismos contemporâneos de transparência reside no fato de que:

- A) A ausência de investimentos em segurança digital nas plataformas governamentais expõe dados sigilosos à manipulação externa.
- B) A divulgação maciça de dados sem a devida mediação ou simplificação técnica inviabiliza a fiscalização efetiva pelo cidadão.
- C) A recusa deliberada da sociedade civil em acessar os canais eletrônicos decorre da falta de campanhas educativas estatais.
- D) As tabelas de temporalidade e classificação de documentos oficiais são sistematicamente ignoradas pelos órgãos de controle.
- E) O direito fundamental à informação foi formalmente mitigado por emendas que blindam as despesas do Poder Executivo.

Questão 2

No texto, a estratégia argumentativa do autor para refutar a visão dos gestores baseia-se na:

- A) Demonstração de que a tecnologia digital reduz a segurança jurídica das decisões.
- B) Constatação de que a automação sem reforma metodológica perpetua ineficiências sob uma nova roupagem.
- C) Apresentação de dados financeiros que comprovam o alto custo de manutenção dos novos sistemas.
- D) Sugestão de reabilitação total dos métodos tradicionais de protocolo e arquivamento físico.
- E) Dedução de que os servidores públicos recusam-se a operar as ferramentas digitais de controle.

Questão 3

O fragmento textual sustenta que o principal impacto negativo da facilidade no acesso às ouvidorias digitais é:

- A) O esvaziamento da consistência analítica das manifestações, gerando sobrecarga informacional inútil.
- B) O aumento substancial nos custos de armazenamento de dados nas nuvens governamentais.
- C) A violação sistêmica das diretrizes de sigilo e confidencialidade previstas na LGPD.
- D) O encerramento definitivo dos postos de atendimento presencial voltados ao público vulnerável.
- E) A subordinação da atuação do Ministério Público aos critérios definidos por algoritmos corporativos.

Questão 4

No contexto em que está inserido, o vocábulo destacado possui sentido equivalente a:

- A) Benevolência.
- B) Autoritarismo.
- C) Isenção.
- D) Moderação.
- E) Subsidiariedade.

Questão 5

Mantendo a coesão, o sentido de oposição e a correção gramatical do período, a locução sublinhada pode ser substituída por:

- A) porquanto
- B) conquanto
- C) contudo
- D) posto que
- E) por conseguinte

Questão 6

Caso o verbo condicional sublinhado fosse flexionado no futuro do subjuntivo ('Se a equipe técnica revir...'), a forma verbal subsequente deveria ser alterada para:

- A) não sofrerá.
- B) não sofrera.
- C) não sofra.
- D) não teria sofrido.
- E) não sofresse.

Questão 7

Assinale a alternativa em que a concordância verbal está em estrita conformidade com a norma-padrão da língua:

- A) Devem haver outras minutas normativas arquivadas na pasta de segurança.
- B) Fazem dez dias que os prazos recursais daquela licitação expiraram.
- C) A maior parte dos processos digitais foram catalogados na plataforma SEI.
- D) Fui eu que apresentou as diretrizes de proteção de dados no simpósio.
- E) Mais de um analista se agrediram verbalmente durante o debate orçamentário.

Questão 8

Assinale a opção que reescreve a frase estruturando-a em estrito respeito às normas de paralelismo sintático da norma-padrão:

- A) O novo regulamento visa não apenas modernizar fisicamente o setor, mas também à otimização da tramitação interna.
- B) O novo regulamento visa tanto a modernização física do setor quanto otimizar a tramitação interna.
- C) O novo regulamento visa não apenas à modernização física do setor, mas também à otimização da tramitação interna.
- D) O novo regulamento visa não só à modernização física do setor como também visa otimizar as rotinas.
- E) O novo regulamento visa modernizar fisicamente o setor e simultaneamente focar na otimização.

Questão 9

As lacunas do fragmento devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- A) às — às — a
- B) as — as — à
- C) às — à — a
- D) as — à — às
- E) às — à — às

Questão 10

Caso o redator isolasse a oração adjetiva por meio de vírgulas ('Os relatórios fiscais, que apresentavam indícios de fraude, foram remetidos...'), haveria a seguinte alteração semântica:

- A) Nenhuma alteração, posto que as vírgulas em estruturas adjetivas possuem caráter meramente estilístico.
- B) Mudança de sentido, passando a indicar que a totalidade dos relatórios fiscais existentes continha indícios de fraude.
- C) Restrição do universo de documentos enviados, apontando que apenas parte da documentação continha erros.
- D) Transformação imediata da oração restritiva em uma estrutura condicional de natureza hipotética.
- E) Deslocamento passivo do predicado verbal, tornando a fraude o sujeito agente da remessa.

Questão 11

Considerando as regras rígidas de regência nominal e verbal da norma-padrão, as lacunas devem ser preenchidas por:

- A) por — do que a
- B) por — a
- C) em — que os
- D) de — do que aos
- E) pelas — do que os

Questão 12

A oração sublinhada no período introduz circunstância de:

- A) Tempo cronológico.
- B) Proporcionalidade simultânea.
- C) Causalidade direta.
- D) Conformidade normativa.
- E) Concessão argumentativa.

Questão 13

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas, observando o rigor exigido pela norma-padrão quanto à colocação pronominal:

- A) havia alertado-nos — expediriam-se
- B) nos havia alertado — expediriam-se
- C) havia nos alertado — se expediriam
- D) nos havia alertado — se expediriam
- E) havia alertado-nos — expedir-se-iam

Questão 14

Morfologicamente, os vocábulos destacados classificam-se, de maneira respectiva, como:

- A) Advérbio de intensidade / Advérbio de modo.
- B) Advérbio de intensidade / Adjetivo.
- C) Pronome indefinido / Adjetivo.
- D) Adjetivo / Pronome indefinido.
- E) Advérbio de modo / Advérbio de intensidade.

Questão 15

Os vocábulos em destaque justificam sua grafia e acentuação, respectivamente, com base nas seguintes regras gramaticais:

- A) Sufixo indicador de substantivo derivado de adjetivo (-ez) / Palavra paroxítona terminada em -l.
- B) Uso de fonema sibilante intervocálico etimológico / Palavra oxítona terminada em ditongo.
- C) Sufixo indicador de coletivo nominal / Palavra proparoxítona decorrente de hiato vocálico.
- D) Grafia fonética de base etimológica latina / Palavra paroxítona terminada em ditongo oral.
- E) Grafia fixada por derivação regressiva / Palavra oxítona terminada em consoante líquida.

Raciocínio Lógico matemático

Questão 16

Sabendo que o servidor lotado no Almoarifado é o único que diz a verdade, e que os demais fizeram afirmações falsas, os setores de Roberto, Samuel e Tarcísio são, respectivamente:

- A) Protocolo, Almoarifado e Recursos Humanos.
- B) Recursos Humanos, Protocolo e Almoarifado.
- C) Almoarifado, Protocolo e Recursos Humanos.
- D) Recursos Humanos, Almoarifado e Protocolo.
- E) Almoarifado, Recursos Humanos e Protocolo.

Questão 17

Seguindo rigorosamente o mesmo padrão lógico e matemático de recorrência sequencial estabelecido pelo sistema, o valor numérico correspondente ao sétimo código gerado é:

- A) 95
- B) 123
- C) 191
- D) 195
- E) 383

Questão 18

Com base nos dados fornecidos na tabela, a porcentagem correspondente à participação da subunidade Z no total geral de processos triados pelo conjunto das três subunidades ao longo do bimestre completo é de exatamente:

- A) 25%
- B) 30%
- C) 33,3%
- D) 35%
- E) 40%

Questão 19

Considerando que todos os dígitos do código de acesso são estritamente distintos entre si, o produto entre o primeiro algarismo (A) e o último algarismo (D) dessa senha é igual a:

- A) 3
- B) 12
- C) 18
- D) 27
- E) 36

Questão 20

Considerando as regras básicas de análise combinatória e probabilidade, a probabilidade de que pelo menos uma das duas mídias escolhidas contenha dados sigilosos é igual a:

- A) 1/3
- B) 2/3
- C) 7/15
- D) 8/15
- E) 11/15

Legislação e Código de Ética do MPES

Questão 21

Considerando as disposições expressas contidas na Lei Complementar Estadual nº 95/1997 acerca das funções e competências dos Órgãos de Execução, o referido ato de delegação da presidência do inquérito civil é:

- A) Válido, uma vez que o princípio da eficiência gerencial permite a descentralização de atos instrutórios não decisórios.
- B) Inválido, pois a instauração e a presidência do inquérito civil são atribuições privativas dos órgãos de execução do Ministério Público, sendo indelegáveis a servidores.
- C) Válido, desde que o ato seja homologado previamente pelo Conselho Superior do Ministério Público.
- D) Inválido, salvo se houver concordância expressa do investigado e o trâmite ocorrer sob nível de acesso público ostensivo.
- E) Válido temporariamente, sob a égide do modelo de gestão por resultados para a simplificação de processos.

Questão 22

Com base nos parâmetros estritos de conformidade estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD), o tratamento de dados pessoais sensíveis de saúde por órgãos públicos é legítimo quando:

- A) O titular for uma autoridade pública ocupante de cargo do grupo ocupacional administrativo superior.
- B) Realizado para a tutela da saúde, exclusivamente em procedimento de competência do Ministério Público Federal.
- C) Indispensável para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, ou para a execução de competências legais previstas em leis e regulamentos.
- D) Os dados forem previamente publicados por portais eletrônicos de publicidade comercial sem criptografia.
- E) O tratamento for classificado como temporário na tabela de temporalidade de arquivos e minutas obsoletas.

Questão 23

Conforme os parâmetros de segurança e as regras de compliance instituídos pela Portaria PGJ nº 897/2023, essa situação configura um incidente de segurança que impõe:

- A) A manutenção do link ativo até o encerramento do exercício financeiro para evitar a paralisia do compliance.
- B) O bloqueio imediato do acesso e a devida comunicação ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do MPES para as providências de mitigação e notificação legal.
- C) A eliminação compulsória e permanente de todos os metadados e logs do servidor para apagar o histórico da falha.
- D) A transferência do prontuário para o arquivo definitivo intermediário, isentando o setor de triagem técnica.
- E) A notificação exclusiva do Tribunal de Justiça por se tratar de matéria eivada de simetria jurisdicional.

Questão 24

À luz das diretrizes éticas imperativas e das vedações expressas fixadas na Resolução CNMP nº 261/2023, a conduta ativa do servidor em campanhas eleitorais caracteriza:

- A) Exercício legítimo decorrente das relações de parentesco e solidariedade familiar, imune a censuras administrativas.
- B) Infração de natureza ética, visto que o Código e as regras institucionais vedam aos integrantes do Ministério Público o exercício de atividade político-partidária, preservando a percepção de isenção e imparcialidade do órgão.
- C) Falta informal leve, cuja punição prescreve imediatamente se os atos ocorrerem fora das dependências físicas das secretarias.
- D) Prática chancelada, desde que o servidor formalize uma licença facultativa não remunerada na Diretoria Geral.
- E) Mera quebra de relacionamento interpessoal, cuja regência é restrita ao conselho de correição regional ordinária.

Questão 25

De acordo com o texto expresso da Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989, a destituição do Procurador-Geral de Justiça antes do término regular do mandato, por iniciativa do Colégio de Procuradores em caso de abuso de poder, depende de:

- A) Decisão monocrática motivada por escrito do Governador do Estado.
- B) Aprovação por maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, na forma da lei complementar respectiva.
- C) Sorteio público bienal realizado entre os membros que componham o Tribunal de Justiça.
- D) Parecer consultivo favorável emitido de ofício pela Secretaria de Estado de Segurança Pública.
- E) Deliberação unânime das comissões permanentes de licitações e contratos das autarquias.

Questão 26

Com amparo nas competências fixadas na Lei Complementar Estadual nº 95/1997, os Órgãos de Administração do Ministério Público que atuam de forma direta no assessoramento, triagem técnica e suporte institucional à PGJ são denominados:

- A) As varas especializadas de fazenda pública estadual.
- B) As Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça.
- C) Os comitês externos de conciliação tributária privada.
- D) A Diretoria Geral e os órgãos auxiliares de temporalidade.
- E) As secretarias executivas delegadas por decretos governamentais.

Questão 27

Considerando os direitos e garantias explícitas conferidos aos titulares de dados pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD), o usuário tem o direito de obter do controlador, a qualquer momento e mediante requisição:

- A) A eliminação imediata de dados tratados com amparo em obrigação legal.
- B) A correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- C) O acesso a logs e códigos fonte sigilosos de programação da plataforma SEI.
- D) O pagamento pecuniário compulsório de indenizações por danos morais sem perícia prévia.
- E) A transferência de seus prontuários cíveis para empresas de publicidade comercial sem filtros.

Questão 28

À luz das diretrizes e sanções de privacidade fixadas pela Portaria PGJ nº 897/2023, a conduta do agente de tecnologia configura:

- A) Prática recomendada, amparada nos preceitos gerenciais de inovação tecnológica acelerada.
- B) Violação aos preceitos de segurança da informação e confidencialidade, caracterizando vazamento potencial ou uso inadequado de dados em ambiente não controlado.
- C) Procedimento lícito de triagem técnica que convalida retroativamente erros formais de protocolo.
- D) Falta leve inócua que dispensa anotação nas planilhas de temporalidade de arquivos obsoletos.
- E) Ato de improbidade civil com perda imediata da estabilidade funcional sem sindicância.

Questão 29

Considerando os parâmetros éticos e as vedações expressas fixadas na Resolução CNMP nº 261/2023, a aceitação de custeio ou patrocínio por parte interessada em feitos sob crivo do órgão gera:

- A) Um bônus de eficiência e fomento acadêmico chancelado pelo CNMP.
- B) Um manifesto conflito de interesses e violação aos deveres de independência, imparcialidade e integridade funcional, sujeitando o agente a responsabilização ética.
- C) Uma mera irregularidade formal passível de convalidação pelas ouvidorias digitais.
- D) Uma conduta legítima amparada no princípio da publicidade integrada de dados corporativos.
- E) Um ato de improbidade com perda imediata das garantias de inamovibilidade ministerial.

Questão 30

Com amparo nas garantias rígidas de autonomia orçamentária conferidas ao MPES pela Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989 e pela CRFB/88, o referido contingenciamento linear é:

- A) Válido, uma vez que a soberania financeira do Governador do Estado sobrepõe-se às dotações das autarquias.
- B) Inconstitucional, pois os recursos correspondentes às dotações orçamentárias do MPES devem ser repassados até o dia 20 de cada mês, sendo vedado o corte unilateral que afronte a autonomia financeira do órgão.
- C) Válido, desde que o decreto seja chancelado previamente por maioria qualificada na Assembleia.
- D) Inconstitucional unicamente por vício formal de iniciativa, cabendo o decreto ao Presidente do TJES.
- E) Válido temporariamente, operando sob o escopo das tabelas de temporalidade orçamentária emergencial.

Noções de Direito Constitucional e de Direito Administrativo

Questão 31

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) instaurou de ofício procedimento de controle administrativo para desconstituir uma promoção por merecimento realizada pelo Tribunal de Justiça local que envolveu um Promotor de Justiça do MPES, alegando que houve violação aos critérios objetivos de aferição de produtividade. À luz das competências constitucionais do CNMP, a atuação do órgão de controle é:

- A) Plenamente legítima, pois o CNMP detém competência ampla para rever e anular atos de qualquer poder que envolvam integrantes do Ministério Público.
- B) Ilegítima, visto que o CNMP carece de competência para controlar ou intervir em atos administrativos ou jurisdicionais emanados de órgãos do Poder Judiciário, como um Tribunal de Justiça, competência esta que se restringe ao CNJ.
- C) Legítima, desde que o procedimento regulamentar seja instruído com a anuência prévia do Procurador-Geral de Justiça do Estado.
- D) Ilegítima, exclusivamente porque o CNMP não possui poder de atuação de ofício, dependendo sempre de provocação de terceiro interessado.
- E) Legítima, operando-se a avocação compulsória das competências disciplinares do Tribunal de Justiça afetado.

Questão 32

Uma associação civil de defesa do patrimônio público, constituída há apenas seis meses, impetrou Ação Civil Pública (ACP) visando obstar a demolição de um prédio tombado pelo Estado. O Ministério Público manifestou-se nos autos. Considerando os requisitos legais de admissibilidade e a jurisprudência da FGV, o juiz deverá:

- A) Extinguir a ação de plano, pois o Ministério Público detém o monopólio absoluto para o ajuizamento de Ações Cíveis Públicas protetivas.
- B) Extinguir a ação sem resolução do mérito, face à ausência do requisito de pré-constituição da associação pelo prazo mínimo de um ano, o qual não comporta mitigação no ordenamento.
- C) Admitir a ação, visto que o requisito de pré-constituição anual pode ser dispensado pelo magistrado quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou gravidade do dano, conforme autorizado pela lei de regência (Lei nº 7.347/85).
- D) Admitir a ação, desde que a associação providencie a inclusão da União no polo ativo como litisconsorte necessário.
- E) Extinguir a ação, uma vez que associações civis só possuem legitimidade para propor ações de rito ordinário indenizatório individual.

Questão 33

Um cidadão sofreu graves lesões físicas decorrentes de um disparo acidental efetuado por um agente público em serviço no dia 10 de março de 2018. O lesado decidiu ajuizar a correspondente ação de indenização por danos materiais e morais contra o Estado apenas no dia 15 de maio de 2024. Diante do regime jurídico prescricional aplicável às ações de responsabilidade civil contra a Fazenda Pública, o direito do autor encontra-se:

- A) Prescrito, pois o prazo prescricional para ações indenizatórias contra o Estado é de 5 (cinco) anos, nos termos do Decreto nº 20.910/32.
- B) Hígido, uma vez que as ações fundadas em danos à integridade física e direitos da personalidade humana são imprescritíveis.
- C) Prescrito, aplicando-se o prazo trienal previsto no Código Civil para reparação civil de danos de forma geral.
- D) Hígido, pois o prazo prescricional foi ampliado para 10 (dez) anos pela Emenda Constitucional da Eficiência Administrativa.
- E) Suspenso, aguardando a instauração de processo administrativo individual de apuração de culpa patronal.

Questão 34

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instituída no âmbito da Assembleia Legislativa estadual determinou, por meio de ato fundamentado aprovado pela maioria de seus membros, a busca e apreensão domiciliar de computadores e mídias digitais de um empresário investigado. O advogado do empresário impetrou Habeas Corpus. Diante dos limites constitucionais das CPIs, a medida ordenada é:

- A) Constitucional, visto que as CPIs detêm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, o que inclui a determinação de buscas e apreensões em qualquer local.
- B) Inconstitucional, pois a busca e apreensão domiciliar está protegida pela cláusula de reserva constitucional de jurisdição, competindo exclusivamente ao Poder Judiciário autorizá-la, sendo vedada às CPIs (Súmula do STF).
- C) Constitucional, desde que a ordem da CPI seja executada exclusivamente durante o período diurno e acompanhada por um Promotor de Justiça.
- D) Inconstitucional, unicamente porque CPIs de âmbito estadual não possuem os mesmos poderes conferidos às CPIs federais.
- E) Constitucional, operando-se a mitigação provisória das garantias individuais face à supremacia do controle parlamentar.

Questão 35

Um servidor público foi designado para presidir uma comissão de processo administrativo disciplinar instaurado contra um colega de repartição. Constatou-se que o servidor designado é cônjuge da advogada que patrocina a defesa do acusado no mesmo processo. À luz da disciplina jurídica aplicável ao processo administrativo (Lei nº 9.784/99), o presidente da comissão encontra-se em situação de:

- A) Mera incompatibilidade ética, passível de manutenção caso o acusado manifeste concordância expressa por escrito.
- B) Impedimento legal, tratando-se de hipótese objetiva em que o servidor fica proibido de atuar no processo, devendo comunicar o fato imediatamente à autoridade competente sob pena de falta grave.
- C) Suspeição subjetiva facultativa, cujo reconhecimento fica ao livre arbítrio discricionário da chefia.
- D) Incompetência territorial relativa preclusiva.
- E) Imunidade procedimental, visto que o parentesco por afinidade não atinge os atos instrutórios da comissão.

Questão 36

Um partido político com representação no Congresso Nacional impetrou Mandado de Segurança Coletivo perante o Tribunal de Justiça para anular um ato do Governador do Estado que majorou tarifas de serviços públicos de forma alegadamente abusiva. No curso do processo, o partido perdeu todas as suas cadeiras na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Diante do evento superveniente, o Mandado de Segurança coletivo deverá ser:

- A) Extinto sem julgamento do mérito, face à perda superveniente da condição de legitimidade ativa ad causam.
- B) Julgado normalmente, pois a legitimidade do partido político para propor ações coletivas é aferida no momento do ajuizamento da petição inicial, não sendo desconstituída por perda posterior de representatividade parlamentar durante a tramitação.
- C) Remetido de ofício ao Ministério Público para que este assumira obrigatoriamente a titularidade do polo ativo.
- D) Extinto com resolução do mérito, operando-se a decadência do direito constitucional à impetração.
- E) Suspenso por tempo indeterminado até a realização de novas eleições gerais legislativas.

Questão 37

Um Secretário de Estado proferiu decisão administrativa punitiva acolhendo integralmente, como razões de decidir, o parecer técnico-jurídico exarado pela Assessoria Jurídica da pasta, o qual constava em anexo com fundamentação robusta fática e de direito, sem transcrever o texto no corpo do despacho principal. Sob a ótica da teoria dos atos administrativos, a técnica de motivação adotada é:

- A) Inválida, pois o princípio da motivação exige que os fundamentos de fato e de direito constem obrigatoriamente redigidos no corpo do ato decisório definitivo.
- B) Válida, caracterizando a denominada motivação 'aliunde' (ou por referência/remissão), expressamente admitida pelo direito administrativo contemporâneo e pela legislação processual.
- C) Anulável, gerando a imediata suspensão dos efeitos punitivos por ausência de forma solene.
- D) Válida, desde que o parecer adotado tenha sido previamente publicado na íntegra no Diário Oficial do Estado.
- E) Inexistente, configurando delegação disfarçada e ilícita do poder de decisão sancionatória.

Questão 38

O Poder Executivo Estadual encaminhou à Assembleia Legislativa o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Um grupo de deputados apresentou emenda visando incluir na referida lei a criação de cargos em comissão no âmbito do Poder Judiciário. À luz das regras constitucionais de processo orçamentário e iniciativa, a emenda parlamentar padece de:

- A) Vício de inconstitucionalidade material, pois a LDO não se presta a criar cargos públicos, cabendo-lhe primordialmente dispor sobre metas e prioridades da administração e orientar a elaboração da lei orçamentária anual.
- B) Mera irregularidade formal, passível de correção por meio de veto parcial definitivo do Governador.
- C) Incompetência federativa exclusiva, visto que a criação de cargos do Judiciário submete-se ao controle prévio do CNJ.
- D) Vício de iniciativa mitigado, operando-se a convalidação pela aprovação em plenário por dois terços.
- E) Inconstitucionalidade formal orgânica, haja vista que leis orçamentárias são de iniciativa exclusiva do Ministério Público.

Questão 39

O Município delegou, por meio de concessão, a prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário e fornecimento de água potável. A concessionária passou a cobrar dos usuários usuários uma contraprestação financeira mensal fixada em tabela homologada pelo poder concedente. Sobre a natureza jurídica dessa cobrança, a jurisprudência sumulada do STJ estabelece que se trata de:

- A) Taxa, em razão da natureza de serviço público essencial e compulsório, submetendo-se ao regime tributário estrito.
- B) Tarifa (ou preço público), cuja natureza jurídica é contratual e privada, não se sujeitando aos princípios da anterioridade e legalidade tributárias.
- C) Contribuição de melhoria setorial compulsória.
- D) Preço quase-tributário regulatório imprescritível.
- E) Tarifa social qualificada sob regime de moratória compulsória.

Questão 40

O STF declarou a inconstitucionalidade material de uma lei estadual (Lei X) que havia revogado integralmente uma legislação anterior sobre o mesmo tema (Lei Y). No momento da publicação do acórdão do controle concentrado, sem que houvesse qualquer modulação de efeitos, ocorreu o fenômeno denominado:

- A) Repristinação legislativa automática pura, voltando a vigorar a lei antiga (Lei Y) que havia sido revogada pela lei inconstitucional.
- B) Efeito repristinatório indesejado, mantendo-se o vácuo legislativo absoluto até a edição de nova norma pelo Congresso.
- C) Efeito ex nunc restritivo, impedindo a retroatividade das normas revogadas por ato do colegiado.
- D) Desconstituição analógica das competências concorrentes estaduais.
- E) Mutação constitucional compulsória com eficácia inter partes.

Questão 41

Um particular é titular de direito de ocupação/aforamento sobre um imóvel localizado em área considerada terreno de marinha na orla de Vitória/ES. Desejando alienar onerosamente o seu direito a um terceiro, o particular fica obrigado a recolher em favor da União uma compensação financeira denominada:

- A) Laudêmio
- B) Foro anual imobiliário
- C) Taxa de ocupação compulsória
- D) Imposto de transmissão causa mortis
- E) Contribuição de intervenção no domínio econômico

Questão 42

A Assembleia Legislativa estadual editou lei complementar criando cargos de 'Consultor Jurídico Adjunto' vinculados diretamente às secretarias de estado, atribuindo-lhes competência para a prestação de assessoria consultiva e emissão de pareceres jurídicos. A Procuradoria-Geral do Estado questionou o ato. Confrontando a norma com o Art. 132 da CRFB/88, a criação de tais estruturas paralelas é:

- A) Constitucional, face à ampla discricionariedade do Executivo para organizar seus órgãos de assessoria consultiva.
- B) Inconstitucional, em virtude do princípio da unicidade da advocacia pública estadual, segundo o qual a representação judicial e a consultoria jurídica dos Estados compete exclusivamente às suas respectivas Procuradorias-Gerais de Estado.
- C) Constitucional, desde que a chefia do órgão paralelo seja ocupada por bacharel em direito vitalício.
- D) Inconstitucional, unicamente por gerar aumento de despesa corrente sem dotação orçamentária prévia na LOA.
- E) Constitucional, operando-se a desconcentração técnica por simetria federativa mitigada.

Questão 43

No edital de uma grande licitação realizada pelo MPES sob a égide da Lei nº 14.133/21, foi inserida uma cláusula contendo uma 'matriz de riscos', distribuindo expressamente os encargos entre a Administração e o futuro contratado. Durante a execução, ocorreu um evento classificado na matriz como risco assumido integralmente pelo contratado. A empresa pleiteou reequilíbrio econômico. Diante das novas regras, o pleito da empresa:

- A) Deve ser acolhido, pois o equilíbrio financeiro do contrato possui assento constitucional absoluto e não pode sofrer restrições editalícias.
- B) Deve ser rejeitado, uma vez que, havendo pactuação de matriz de riscos no contrato administrativo, os riscos previstos e alocados entre as partes não ensejam direito a reequilíbrio econômico-financeiro caso venham a se concretizar.
- C) Deve ser acolhido, desde que o prejuízo financeiro apurado comprometa mais de 20% do faturamento da empresa.
- D) Deve ser rejeitado, unicamente se houver parecer desfavorável emitido pelo Tribunal de Contas.
- E) Deve ser acolhido por meio de aplicação compulsória da teoria do fato do príncipe genérico.

Questão 44

Um cidadão veiculou panfletos apócrifos (sem assinatura de autoria) contendo críticas severas e charges satíricas contra a atuação de autoridades públicas locais no trânsito urbano. O Município determinou a apreensão de todo o material com base na proibição constitucional do anonimato. A medida adotada pelo Município é:

- A) Ilegítima, pois charges de cunho humorístico político gozam de imunidade absoluta, sendo permitido o anonimato nesses casos.
- B) Legítima, uma vez que o Art. 5º, inciso IV, da CRFB/88 garante a livre manifestação do pensamento, sendo, contudo, expressamente vedado o anonimato, o que autoriza o recolhimento de manifestações apócrifas.
- C) Ilegítima, a menos que as autoridades criticadas ajuízem previamente queixa-crime privada.
- D) Legítima, exclusivamente se os panfletos tivessem sido distribuídos em recinto escolar público.
- E) Ilegítima, operando-se o cerceamento prévio à liberdade de manifestação cultural.

Questão 45

A comissão processante de um PAD instaurado no MPES utilizou como elemento de prova interceptações telefônicas que haviam sido regularmente autorizadas pelo juízo criminal no curso de uma investigação de desvio de verbas. O servidor alegou nulidade da prova por desvio de finalidade na esfera administrativa. Conforme o entendimento consolidado do STF e do STJ, a utilização da referida prova é:

- A) Nula, visto que provas colhidas sob sigilo na esfera penal não podem, em nenhuma hipótese, ser compartilhadas com órgãos disciplinares.
- B) Válida, sendo perfeitamente admitida a utilização de prova emprestada de processo penal no processo administrativo disciplinar, desde que tenha sido colhida com observância das garantias constitucionais e que seja assegurado o contraditório no âmbito administrativo.
- C) Nula, exceto se houver concordância expressa por escrito firmada por todas as testemunhas arroladas pela defesa.
- D) Válida, operando-se a convalidação automática das provas materiais por força do princípio da verdade sabida.
- E) Nula, pois a interceptação telefônica constitui prova de caráter personalíssimo e intransferível entre esferas autônomas.

Noções de Administração e de Administração Pública

Questão 46

A evolução do modelo gerencial buscou redefinir a relação entre o Estado e a sociedade civil. No auge das reformas de orientação para o cidadão (Public Service Orientation), a Administração Pública passou a tratar o administrado não apenas como um cliente passivo do mercado, mas sim como um:

- A) Súdito vinculado aos privilégios do estamento patrimonial.
- B) Cidadão-usuário, portador de direitos políticos e civis, coprodutor dos serviços e agente ativo do controle social.
- C) Funcionário honorário do aparato burocrático centralizado.
- D) Contratado temporário sem garantias de contraditório.
- E) Mero receptor inerte de ordens normativas exclusivas.

Questão 47

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) estruturou a divisão das atividades estatais para fins de publicização. As atividades que correspondem a serviços que o Estado provê, mas que também podem ser exercidos pela iniciativa privada ou pelo terceiro setor (como educação, saúde e pesquisa científica), foram classificadas no setor de:

- A) Núcleo Estratégico.
- B) Atividades Exclusivas de Estado.
- C) Serviços Não Exclusivos do Estado.
- D) Produção de Bens e Serviços para o Mercado.
- E) Consórcios Públicos Fiduciários.

Questão 48

A Subprocuradoria de Gestão Estratégica do MPES estipulou a seguinte meta: 'Reduzir em 15% o estoque acumulado de procedimentos extrajudiciais físicos em todas as promotorias do Estado no prazo de 12 meses, utilizando a digitalização no SEI'. Na ciência da administração, os critérios que exigem que uma meta seja Específica, Mensurável, Atingível, Relevante e Temporal correspondem à metodologia de objetivos:

- A) Matriciais lineares.
- B) SMART.
- C) GUT de urgência.
- D) Kaizen de ruptura.
- E) Ansoff de mercado.

Questão 49

Um servidor público utilizou a estrutura computacional, a rede de internet corporativa e o papel timbrado oficial da Promotoria de Justiça para redigir e imprimir defesas particulares de cunho estritamente privado para amigos pessoais, agindo durante o horário de expediente. À luz do Código de Ética Profissional (Decreto nº 1.171/94), a conduta do servidor configura:

- A) Exercício legítimo do direito constitucional de petição subsidiária.
- B) Vedação ética absoluta, sendo proibido ao servidor desviar servidor ou utilizar bens do patrimônio público para fins particulares ou de interesse privado, o que atenta contra a dignidade da função.
- C) Mera irregularidade procedimental isenta de censura ética.
- D) Causa de exoneração compulsória automática sem processo.
- E) Ato discricionário amparado no princípio da eficiência operacional.

Questão 50

A equipe de TI do MPES realizou um estudo estatístico e constatou que apenas 20% das falhas de sistema mapeadas no SEI eram responsáveis por 80% do tempo total de paralisação e lentidão das promotorias. Para concentrar os esforços de manutenção nos problemas mais críticos e de maior impacto, a equipe utilizou a seguinte ferramenta da qualidade:

- A) Diagrama de Ishikawa de causa e efeito.
- B) Princípio (ou Gráfico) de Pareto.
- C) Histograma de variância flutuante.
- D) Fluxograma de processos paralelos.
- E) Matriz GUT de urgência extrema.

Questão 51

No Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a rastreabilidade das ações é um elemento indispensável para o controle interno e a segurança da informação. Toda operação realizada em um processo digital (como visualização, inserção de peças, assinaturas ou envio) fica automaticamente registrada de forma cronológica, imutável e auditável na seguinte ferramenta interna do SEI:

- A) Bloco de Reuniões Virtuais.
- B) Histórico do Processo (ou Consultar Andamento/Consultar Histórico).
- C) Pasta de Descarte Temporário.
- D) Indexador de Metadados Flutuantes.
- E) Módulo de Acesso Externo Anonimizado.

Questão 52

Os documentos gerados pelas Promotorias Criminais que perderam totalmente o valor de uso administrativo e operacional (valor primário), mas que devem ser preservados indefinidamente em razão de seu valor histórico-jurídico e interesse para a memória institucional, ingressam no arquivo:

- A) Corrente.
- B) Intermediário.
- C) Permanente (ou de terceira idade).
- D) Morto descartável.
- E) Setorial temporário.

Questão 53

Um cidadão apresentou um pedido de acesso à informação ao MPES. O órgão constatou que a informação estava disponível, mas não pôde conceder o acesso imediato em razão da necessidade de extração de cópias seguras sem trechos pessoais sensíveis de terceiros. Nos termos da Lei nº 12.527/11, o prazo máximo ordinário para o órgão responder ou prorrogar justificadamente é de:

- A) 5 dias, prorrogáveis por mais 5 dias.
- B) 10 dias, vedada qualquer espécie de prorrogação.
- C) 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias mediante justificativa expressa.
- D) 30 dias fixos, contados do protocolo.
- E) 45 dias, condicionados à autorização judicial.

Questão 54

Nas rotinas de atendimento ao público do MPES, o técnico administrativo interage com cidadãos vulneráveis que buscam orientação jurídica. Para garantir a excelência no relacionamento interpessoal, o servidor deve atuar com assertividade e empatia. Na ciência das relações humanas, atuar com assertividade significa:

- A) Concordar com todas as exigências do usuário, mesmo que ilegais, para evitar atritos.
- B) Comunicar-se de forma clara, firme, segura e objetiva, expressando os limites legais e institucionais sem agressividade e sem passividade, mantendo o respeito mútuo.
- C) Ignorar as perguntas do interlocutor e transferi-lo para outro setor de forma mecânica.
- D) Adotar uma postura ríspida para demonstrar a autoridade do cargo estatal.
- E) Responder às demandas por meio exclusivo de termos técnicos incompreensíveis.

Questão 55

O mecanismo que assegura aos cidadãos e às entidades da sociedade civil a prerrogativa de debater e definir diretamente as prioridades de alocação de investimentos em infraestrutura urbana nas leis orçamentárias municipais materializa o controle social sob a modalidade de:

- A) Controle interno contábil absoluto.
- B) Orçamento participativo.
- C) Centralização fiscal coercitiva.
- D) Licitação dispensada por emergência.
- E) Moratória orçamentária temporária.

Questão 56

Uma coordenadoria administrativa do MPES tinha o objetivo de processar 500 certidões no mês utilizando apenas 2 servidores. Ao final do período, constatou-se que o setor processou as 500 certidões planejadas (atingiu a meta), mas necessitou convocar 2 servidores extras e pagar horas suplementares devido a falhas operacionais. Sob a ótica das métricas de desempenho, o setor foi:

- A) Eficaz e eficiente.
- B) Eficaz, mas ineficiente (atingiu o objetivo nominal planejado, mas utilizou mais recursos e custos do que o padrão estabelecido).
- C) Ineficaz e eficiente.
- D) Efetivo de longo prazo, mas improcedente.
- E) Econômico, mas desprovido de finalidade.

Questão 57

As autarquias constituem a modalidade tradicional de descentralização por serviços da Administração Indireta. Diante das prerrogativas outorgadas pelo direito público às autarquias, assinale a opção que indica uma característica correta do seu regime jurídico:

- A) Seus bens são penhoráveis e alienáveis sem restrições legais.
- B) Seus prazos processuais em juízo são idênticos aos das empresas privadas comuns.
- C) Submetem-se à imunidade tributária recíproca, vedada a instituição de impostos sobre seu patrimônio, renda ou serviços vinculados às suas finalidades essenciais.
- D) Seus servidores são obrigatoriamente regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- E) Sua criação ocorre por registro direto de seus estatutos na Junta Comercial.

Questão 58

No âmbito das metodologias contemporâneas de Gestão de Processos de Negócio (BPM), a atividade que consiste em desenhar o fluxo de trabalho atual da organização, exatamente da forma como ele opera no presente com suas falhas e gargalos, denomina-se mapeamento da modelagem:

- A) To-Be (Como será o processo no futuro).
- B) As-Is (Como o processo é no presente).
- C) Kaizen de ruptura estrutural.
- D) Benchmarking setorial concorrencial.
- E) Downsizing de redução drástica.

Questão 59

Um servidor do setor de atendimento negou-se a receber um requerimento de urgência médica de um cidadão unicamente porque o formulário havia sido preenchido com caneta azul, e o regimento interno datado de 1990 previa textualmente o uso de 'tinta preta'. O cidadão sofreu graves prejuízos pela demora. Essa disfunção burocrática, caracterizada pelo apego cego às regras que transforma os meios em fins, denomina-se:

- A) Desvio de finalidade culposo.
- B) Superconformidade (ou ritualismo burocrático).
- C) Resistência tecnológica avançada.
- D) Profissionalização meritocrática excessiva.
- E) Excesso de impessoalidade regional.

Questão 60

Um interessado requereu o desarquivamento de um procedimento extrajudicial que se encontrava sob a guarda da unidade de arquivo central do MPES. A secretaria constatou que o andamento do processo digital estava bloqueado temporariamente no SEI em razão de um controle de prazo de sigilo reservado vigente. Diante das regras de controle de prazos e gestão documental, a conduta correta do órgão é:

- A) Fornecer cópia imediata ao requerente, ignorando o sigilo face à taxa paga.
- B) Manter a restrição de acesso e indeferir fundamentadamente o pedido se o requerente não comprovar legítimo interesse jurídico ou se a informação estiver legalmente protegida por sigilo não expirado.
- C) Excluir permanentemente os autos do sistema para evitar novos pedidos.
- D) Transferir a responsabilidade decisória de quebra de sigilo de ofício à OAB.
- E) Conceder acesso parcial anônimo sem registro no histórico do SEI.

Redação - Dissertativo-Argumentativo - Estilo FGV

Tema

O limite entre a liberdade de expressão e a imunidade parlamentar nas redes sociais: proteção do mandato ou blindagem contra a responsabilização civil e penal?

Textos motivadores

Texto 1 - Excerto Técnico / Doutrinário: A imunidade parlamentar material, consagrada no Artigo 53, caput, da Constituição Federal, garante que os deputados e senadores sejam invioláveis, civil e penalmente, por suas opiniões, palavras e votos. Essa prerrogativa institucional não constitui um privilégio pessoal, mas uma garantia democrática voltada a assegurar o livre exercício do mandato e a independência do Poder Legislativo contra perseguições dos demais poderes. Todavia, a expansão do debate político para o ecossistema das redes sociais digitais alterou a dimensão espacial e o alcance dessas manifestações. Quando um parlamentar utiliza plataformas digitais fora do recinto do Congresso para proferir ofensas ou disseminar desinformação, a imunidade deve acompanhá-lo de forma irrestrita ou submete-se aos limites da responsabilidade civil comum?

Texto 2 - Análise Jurisprudencial / Princiologia: A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) tem modulado o alcance da imunidade parlamentar material no ambiente virtual. O entendimento consolidado aponta que as manifestações proferidas dentro da Casa Legislativa gozam de presunção de nexos funcional absoluta. Contudo, para declarações veiculadas nas redes sociais fora do parlamento, exige-se a comprovação de um nexo causal direto e genuíno entre a fala e o exercício das funções legislativas. O STF reforça que a imunidade não pode ser convertida em um 'salvo-conduto' para a prática de atos ilícitos, crimes de ódio ou atentados contra o Estado Democrático de Direito, preceituando que os direitos fundamentais à honra, à imagem e à dignidade das pessoas atingidas funcionam como limites intransigíveis à liberdade de expressão dos parlamentares.

Texto 3 - Dados Estatísticos / Controle Social: Dados de monitoramento das plataformas digitais indicam que o volume de publicações de cunho ofensivo ou acusatório emitidas por agentes políticos cresceu mais de 180% nos últimos anos de polarização intensa. Relatórios das Ouvidorias do Ministério Público apontam que cidadãos e servidores atingidos por declarações difamatórias em redes sociais de deputados enfrentam barreiras jurídicas complexas para obter reparação por danos morais, devido à invocação mecânica da imunidade de foro. O debate central reside em sopesar se a restrição judicial das manifestações virtuais de parlamentares configura censura prévia e enfraquecimento da representação popular ou se constitui medida civilizatória essencial para conter o abuso de prerrogativas e garantir a igualdade de todos perante a lei na era da informação.

Instruções para a redação

- Com base na leitura dos textos motivadores e nos seus conhecimentos estruturados, redija um texto dissertativo-argumentativo em prosa, na norma-padrão da Língua Portuguesa.
- Seu texto deve apresentar uma tese clara, argumentos consistentes e uma conclusão lógica sobre o tema proposto.
- Defenda o seu ponto de vista de forma fundamentada, demonstrando domínio das regras gramaticais e de coesão textual.
- O texto final deve ter entre 20 e 30 linhas (conforme o padrão da banca).

Escreva seu texto em, no mínimo, 20 linhas e, no máximo, 30 linhas.

Folha de redação

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30



Folha de respostas

Q	A	B	C	D	E
01	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
02	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
15	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
16	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
17	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
18	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
19	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
20	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
21	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
22	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
23	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
24	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
25	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
26	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
27	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
28	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
29	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
30	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
31	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
32	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
33	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
34	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
35	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
36	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
37	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
38	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
39	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
40	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
41	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
42	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
43	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
44	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
45	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
46	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
47	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
48	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
49	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
50	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
51	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
52	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
53	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
54	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
55	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
56	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
57	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
58	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
59	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
60	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

